

23 JAN 1994

A verdadeira doença

ESTADO DE SÃO PAULO

Saúde

O imenso "País-hospital" não alterou sua face negra. As primeiras estatísticas — indicadores epidemiológicos — é o termo tecnicamente correto — do Ministério da Saúde, referentes a 1993, mostram que o Brasil continua sendo apenas um imenso hospital. Pior que isso, tem-se a sensação de que a revolta contra esse estado de coisas nas áreas oficiais é apenas retórica, pouco se cuidando de fazer para que números escandalosos deixem de refletir uma realidade ainda mais humilhante e vergonhosa.

No ano passado, continuamos a conviver com 600 mil casos de malária; em números redondos a esquistossomose e a doença de Chagas estão empatadas em mais de 5 milhões de casos — cada! Para as doenças mais recentes (a cólera, por exemplo), foram confirmadas em laboratório nada menos de 53

mil ocorrências no último ano. Existem 49 mil casos oficiais de hanseníase; o próprio ministério admite saber pouco sobre o avanço da tuberculose, reconhecendo apenas que "cresceu a incidência". A febre amarela, erradicada do território nacional há pelo menos 20 anos, voltou agressiva: em 1993 foram registrados 52 casos!

O caso da malária é emblemático da situação epidemiológica do País. Ao longo de toda a década dos 80, a moléstia ficou estacionada em 20 mil casos por ano, número que se registrou ainda em 91. Com a extinção da Superintendência das Campanhas de Saúde Pública (Sucam), nas reformas da administração pública do governo Collor de Mello, já em 92 o número de ocorrências de malária saltou para 600 mil e se "estabilizou" nesse patamar! No ano passado, registraram-se outros 600 mil casos. A

extinção do órgão não explica por si só um crescimento de 30 vezes no número tradicionalmente registrado de casos. O que se extinguiu não foi apenas uma superintendência, mas sim toda uma mentalidade de vigilância epidemiológica. O País possui condições técnicas, culturais e de informação, além das financeiras (o custo é barato), para erradicar essas doenças. Há 20 anos fizemos isso. Falta apenas a vontade, a decisão de fazê-lo.

Para os que gostam de comparações financeiras, basta saber que os 120 mil funcionários do Banco do Brasil custaram US\$ 5,6 bilhões em 1993, enquanto o orçamento do Ministério da Saúde pa-

ra lidar com essa realidade no mesmo ano não superou os US\$ 6 bilhões! Em junho o Ministério da Saúde avisou que gastava US\$ 21 per capita com a saúde do brasileiro, embora considerasse que o mínimo obrigatório deveria ser

US\$ 150. Mais grave é que mesmo esses US\$ 21 são muito mal gastos.

O ex-ministro Adib Jatene repetiu, até não poder mais, que a prioridade na área deve ser "o doente e não o tijolo". A verba que era

da vigilância epidemiológica, até 1990 migrou para onde? Se o recurso voltasse a sua origem, será que o Brasil também não voltaria aos números epidemiológicos de 1990? Que não eram ideais, mas eram bem menos vergonhosos.

O Brasil voltou a ser um imenso hospital, e os números do Ministério da Saúde estarrecem